- XXII -

PESQUISAS E INTERVENÇÕES EM ESCOLAS PÚBLICAS: ABORDAGENS NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Angela Maria Martins

Programa de Pós-Graduação Universidade Cidade de São Paulo

Fundação Carlos Chagas

amartins@fcc.org.br

Eixo: Política e Gestão da Educação Básica

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute um dos aspectos que tem sido apontado em debates na área da educação: a realização de pesquisas colaborativas e/ou de intervenção em escolas públicas, visando a construção de subsídios que contribuam tanto na implementação de programas de governo coerentes às necessidades de alunos e profissionais da educação, como na reorganização de práticas escolares revestidas de significado para esses atores. O estudo integra o Painel de Pesquisa “Micropolíticas em foco: desdobramentos das políticas educativas *no chão* da escola”, e se configura como desdobramento de investigação maior financiada pelo Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Processo 445406/2014-3) e pela Fundação Carlos Chagas, que analisou um programa de governo denominado Sistema de Proteção Escolar. A pesquisa desenvolveu metodologia de análise de implementação de política educacional em busca de examinar o escopo legal e normativo das diretrizes que orientam o referido Programa, e, concomitantemente, realizou ações colaborativas com gestores de Diretorias de Ensino, identificando relações de convivência e situações de conflito que envolvem alunos, profissionais da educação, famílias e comunidade externa. A investigação partiu do pressuposto que a análise de políticas públicas - ao considerar opiniões, representações e/ou percepções de profissionais responsáveis pela implementação de diretrizes e objetivos de programas de governo - possibilita revelar práticas profissionais que incidem na gestão participativa no cotidiano de escolas públicas (ou não), lançando mão de perspectivas

ancoradas no campo teórico das microssociologias, foco deste trabalho. Ressalte-se que professores e gestores podem classificar alunos entre bons e maus - os que obedecem e os que se rebelam -, construindo, muitas vezes, estigmas e estabilizando essas noções como fatos sociais, o que torna, de certa forma, homogêneos os referenciais que suportam as atividades cotidianas de sala de aula e as regras a serem cumpridas nos demais espaços escolares. Nessa visão, as múltiplas interações contribuem para estabelecer uma ordem mínima, transformando a classe em “micro sociedade instituída que, ao mesmo tempo, institui-se continuamente” (LAPASSADE, 2005, p. 64).

INTERVENÇÕES EM ESCOLAS PÚBLICAS: APORTES, POSSIBILIDADES E LIMITES

No início do século XX universidades e centros de pesquisa de países centrais realizaram pesquisas sociológicas de intervenção sob demanda do Estado e de organizações sem fins lucrativos, com vistas a analisar mudanças provocadas pelos processos migratórios da população do campo para a cidade que geravam miséria e desemprego em massa. Os estudos não se limitavam a diagnosticar dados socioeconômicos, mas, sobretudo, encaminhavam propostas de intervenção para superação desse cenário. Nesse contexto, duas perspectivas de pesquisa foram construídas nas ciências sociais: intervenções baseadas em procedimentos estatísticos - demandadas por organizações não governamentais e pelo Estado, para encaminhar soluções aos problemas sociais graves provocados pela intensificação da industrialização - e intervenções fundamentadas na psicossociologia. As divergências entre essas duas tendências pontuaram a produção científica nas ciências sociais durante o século XX. Nos Estados Unidos, consolidou-se uma dimensão aliada à necessidade de acompanhar o Estado em ação, por meio da avaliação de programas de intervenção social. Na Europa, forjou-se uma dimensão mais crítica e politizada, enfatizando os direitos dos segmentos mais pobres da população (GUERRA, 2010).

Nesse cenário, ainda, diferentes correntes de pensamento buscaram romper com a clássica oposição entre conceitos - objetivo/subjetivo; indivíduo/sociedade; material/ideal – sobretudo nas teorias da construção social (CORCUFF, 2001; BOURDIEU 2005) e da psicologia social (GOFFMAN 1991).

Dentre as perspectivas construídas no campo da psicossociologia, a pesquisa-ação exerceu forte influência nos estudos na área da educação como possibilidade de relacionar teorias às práticas da sala de aula, configurando-se como percurso metodológico para levantar, analisar e solucionar problemas que afetam processos de aprendizagem. Ao mesmo

tempo, a pesquisa-ação fundamentou programas de governo de formação continuada de professores e gestores, embora limites devam ser considerados no que se refere à sua exequibilidade em função de diferentes intervenientes nos processos de implementação das políticas públicas educacionais, conforme se analisou anteriormente (MARTINS, SILVA, 2018).

Outra corrente construída na França nos anos de 1970 se ancora no vasto campo denominado de investigação-ação: a sociologia da intervenção. Dentre outros teóricos, Lapassade, Lourau (1972) propõem uma análise institucional para intervenções em universidades e escolas, espaços de construção do conhecimento. Os autores assinalam que em organizações complexas significados e sentidos individuais acabam subsumidos por missões e objetivos gerais que unificam as normas da instituição. Entretanto, no cotidiano de trabalho as divergências emergem e originam negociações, conflitos, posturas contraditórias, dissimulações, reinterpretações e/ou releituras do que deve ser feito, o que configura, na visão dos autores, o polo negativo dos objetivos da própria instituição. Para superar essa situação, eles propõem, dialeticamente, uma dinâmica que leve em consideração tanto as percepções dos sujeitos envolvidos, assim como os enquadramentos normativos das organizações, permitindo emergir uma síntese possível de renovação das relações internas de trabalho.

A polêmica sobre investigação-ação - termo polissêmico – se insere no campo mais amplo das teorias da ação e/ou da sociologia da ação, foco de análise deste trabalho. Dessa forma, a pesquisa-ação e a pesquisa de intervenção - em suas várias perspectivas - enquadram-se em um dos inúmeros tipos de investigação-ação - termo genérico adotado para a noção que defende o aprimoramento das práticas por meio do seu conhecimento e do retorno a elas, ou seja, do seu (re) conhecimento e sua (re) significação, após um processo de indagações e reflexões sobre possibilidades de mudança nessas práticas (MARTINS, NOVAES, 2017).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em suma, a relação entre pesquisadores e objetos de estudo, ou a relação entre conhecimento e ação, entre teorias e práticas profissionais deve ser repensada quando se trata de pesquisas envolvendo escolas públicas, pois é relevante examinar o que ocorre efetivamente em redes e unidades de ensino nos processos de implementação de políticas de educação. As investigações ancoradas no amplo campo das teorias da ação podem ser

articuladas em torno dos seguintes eixos propositivos: as técnicas devem ser reorganizadas durante todo o percurso; os grupos que são o objeto de pesquisa também são os sujeitos do conhecimento; o ponto de partida não precisa ser um quadro teórico e de hipóteses, mas problemas concretos enfrentados no cotidiano de diretores, professores e alunos; o estudo deve encaminhar proposições metodológicas no planejamento e reorganização de processos de gestão, projetos pedagógicos e planos de ensino. Em suma, pode-se considerar como ponto de partida situações que professores e gestores percebem como problemas do cotidiano e exigem respostas urgentes nos contextos institucionais, adversos e desafiadores. As experiências e os conhecimentos adquiridos nesse processo - compartilhados com outros profissionais cujas situações/problemas cotidiano de trabalho sejam semelhantes – podem contribuir na construção de subsídios para as políticas educacionais revestidos de sentido para os atores educacionais.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. *Razões práticas – sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus Editora, 2005.
- CORCUFF, P. *As novas sociologias*. Bauru, Edusc, 2001.
- GOFFMAN, E. *A Representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GUERRA, Isabel Carvalho. *Fundamentos e processos de uma sociologia da ação*. Cascais: Princípia, 2010.
- LAPASSADE, Georges, LOURAU, René. *Chaves da Sociologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- MARTINS, A. M.; NOVAES, A. Acompanhamento na formação de gestores educacionais em Mestrado Profissional: metáforas circulantes nos discursos de estudantes In: PASSARELLI, Lilian, G.; (Org.). *Formando formadores para a escola básica do século XXI: relatos de pesquisa*. 1 ed. São Paulo: PUCSP, 2017, v.1, p. 35-52.
- MARTINS, A. M.; SILVA, C. M. Formação continuada: percepções de diretores da educação básica sobre um plano de governo. *Interações*. Porto, Pontifícia Universidade Católica do Porto, 2018, v. 14, n. 49, p. 25-47.